



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **20/08/2018**

Aprovado em: **21/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.06.11>

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O USO DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO E GESTÃO
HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: THE USE OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL INDICATORS IN PLANNING AND MANAGEMENT
ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR AU BRÉSIL: UTILISATION DES INDICATEURS SOCIAUX ET ENVIRONNEMENTAUX DANS LA PLANIFICATION ET LA GESTION

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

DEBORA EVANGELISTA REIS OLIVEIRA, RONISE NASCIMENTO DE ALMEIDA

Resumo

As universidades são centros de produção de saberes das sociedades na contemporaneidade, são nelas onde inicia os grandes debates sobre as questões da atualidade, trabalhar com indicadores Socioambientais nas Instituições de Ensino Superior auxilia na transparência da coleta e análise de dados socioambientais para promoção do Desenvolvimento Sustentável. Os indicadores socioambientais são ferramentas que avaliam rumos serem tomados no processo de planejamento e gestão dentro das Universidades. Este artigo visa discutir importância de indicadores socioambientais nas Instituições de Ensino Superior, bem como abordar maneiras que possam promover o processo de análise das questões socioambientais, a metodologia utilizada neste estudo foi realizada fundamentalmente por intermédio de revisão bibliográfica e análise documental. Assim, torna-se fundamental para o processo de planejamento e gestão ambiental o uso de indicadores Socioambientais incorporando os princípios da sustentabilidade.

Palavras-chaves: Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável. Indicadores Ambientais.

Résumé

Les universités sont des centres de production de connaissances dans les sociétés contemporaines, où elles lancent de grands débats sur des questions d'actualité, en travaillant avec des indicateurs sociaux et environnementaux dans les établissements d'enseignement supérieur. Durables. Les indicateurs socio-environnementaux sont des outils qui évaluent les orientations à prendre dans le processus de planification et de gestion au sein des universités. Cet article a pour objectif de discuter de l'importance des indicateurs sociaux et environnementaux dans les établissements d'enseignement supérieur, ainsi que des moyens de promouvoir le processus d'analyse des questions sociales et environnementales. Il est donc fondamental que le processus de planification et de gestion de l'environnement utilise des indicateurs socio-environnementaux incorporant les principes de la durabilité.

Mots-clés: Environnement. Développement durable. Indicateurs environnementaux.

Abstract

Universities are the companies knowledge production centers in the contemporary world are on them which begin the great debates on current issues, working with Socio-environmental indicators in higher education institution helps transparency of collection and analysis of environmental data to promote development sustainable. The environmental indicators are tools that evaluate the directions to be taken in the process of planning and management within the universities. This article discusses the importance of social and environmental indicators in higher education institutions, and address ways that can promote the process of analysis of the environment issues, the methodology used in this study was primarily conducted through literature review and documental analysis. Thus, it is essential to the process of environmental planning and management using Socioenvironmental indicators incorporating the principles of sustainability.

Keywords: Environmental. Sustainable Development. Indicadores Environmental.

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior no Brasil, em nível organizacional enquadra-se nos entendimentos das metas propostas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e vem ressaltar a relatividade das condições inegavelmente apropriadas do sistema educacional. Convém reforçar o peso e o significado deste sistema para a sociedade brasileira, uma vez que o início da atividade geral de formação de valores e atitudes dos indivíduos oferece uma interessante oportunidade para verificação das formas de ação e formação dos cidadãos para uma sociedade (SCHWARTZMAN, 1986). Porém, para a formação ser completa, as questões ambientais precisam estar sempre presentes. Uma Universidade sustentável tem na educação o vetor do compromisso ecológico e c

responsabilidade ambiental (CATALÃO 2011).

O Sistema de Ensino Superior brasileiro se organiza e é regido pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, 1996). A LDB estabelece que a educação superior tenha por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, bem como formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais para a participação e o desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua, incentivando o trabalho de pesquisa e investigação científica, que visa o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, da criação e difusão da cultura, desenvolvendo o entendimento do homem e do meio em que vive.

Além de se classificarem de acordo com o tipo de financiamento, as instituições de ensino superior podem ser identificadas conforme sua organização acadêmica (BRASIL, 2001), ou seja, por Centros Universitários; Universidade; Fundação Universidade; Faculdades; Faculdades Integradas; como também os Institutos Federais e as Escolas Superiores.

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A GESTÃO AMBIENTAL

A educação superior no Brasil é organizada para atender aos objetivos de ensino, pesquisa e extensão. São ministradas em Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou de especialização, a partir dos interesses institucionais de cada IES. Despertando o interesse da sociedade e em diversos campos da ciência, fazendo emergir outras bases metodológicas e epistemológicas direcionadas a resolver uma das mais importantes problemáticas da atualidade, representadas pelas questões ambientais.

Desse modo, as questões ambientais precisam estar presentes no universo institucional, visando à formação integral dos indivíduos. Assim, as IES precisam estar preparadas para agenciar uma sensibilização no que se refere às questões ambientais aos seus alunos, bem como em promover uma política de gestão ambiental dentro das Universidades. O mercado de trabalho solicita cada vez mais de profissionais qualificados e também nas questões ambientais, porém, observa-se a fragilidade dos planejamentos e discursos ambientais, sendo poucas as exceções de IES com experiências de sucesso (KRAMER, 2004; CONTO, 2010). De forma geral, as Universidades Brasileiras são instituições relativamente jovens e ainda estão no processo de evolução política como um todo, são poucas as que possuem planejamento ambiental bem definido (CONTO, 2010; KRAMER, 2004; STEINER, 2012; SCHWARTZMAN, 1986).

Sendo assim, a clara determinação das políticas de gestão ambientais facilita para uma maior motivação dos níveis de satisfação dentro das Universidades, desta forma, o planejamento de atividades relacionadas aos aspectos ambientais promove avanços institucionais. O diálogo sobre as questões ambientais nas Universidades são capazes de gerar a coesão entre os diferentes setores de uma mesma IES oferecendo oportunidade para a verificação das formas de ação dos diferentes sujeitos.

Diante dos exemplos de gestão ambiental apresentados, não se pode deixar de frisar a importância de implantação na administração pública da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) nas instituições públicas, incluindo as IES. Com base nas informações contidas no site do ministério do meio ambiente, a A3P surgiu em 1999 e, em 2001 foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública. Em 2002 foi reconhecida pela UNESCO devido aos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento. A A3P foi incluída no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, tendo continuidade no PPA 2008/2011, PPA 2012/2015 tornando-a um referencial de sustentabilidade nas atividades públicas. (MMA, 2014).

O texto da plataforma também expõe que a partir de 2007, a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS) da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC), sendo fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo e passando a ser uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo compromisso governamental ante as atividades da gestão pública, englobando critérios ambientais, sociais e econômicos a tais atividades (MMA, 2014). Atualmente, a A3P busca promover a responsabilidade socioambiental como política governamental, auxiliando o

integração da agenda de crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento sustentável. (MMA, 2014).

Pela Constituição Federal Brasileira, as Universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão. Tal exigência não existe para as outras formas institucionais de Ensino Superior (Faculdades, Centros Universitários), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996). Assim, a A3P deve estar presente nas atividades do tripé das IES, promovendo ações que levem sustentabilidade.

Pelo tripé pesquisa, ensino, extensão, a sustentabilidade deve se fazer presente, favorecendo a incorporação de programas e políticas públicas, visando ao bem-estar e à melhor qualidade de vida para a comunidade acadêmica.

A LDB (BRASIL, 1996) ressalta que as Universidades são instituições “[...] pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, investigação, extensão, domínio e cultivo do saber humano (Art. 52). Deve possuir uma produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto das necessidades em nível regional e nacional. Deve ter um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado e um terço do corpo docente em regime de tempo integral. A Universidade tem autonomia didática e científica, bem como autonomia administrativa e de gerenciamento de recursos financeiros e do patrimônio institucional (BRASIL, 1996). Diante desse contexto, as questões ambientais devem ser prioridades nas IES.

A formação ambiental deve alcançar todos os tipos de profissionais de uma sociedade para que atuem como multiplicadores de boas práticas na construção de valores, atitudes e comportamentos. Pois, as consequências dos problemas ambientais afetam a todos. Trabalhar com projetos que promovam planejamento e gestão sustentável em cumprimento da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), nas IES, que sirvam de exemplos para toda a sociedade é o começo de uma forma de pensar a racionalidade ambiental.

Diante dessa necessidade as instituições públicas têm sido motivadas a implementar iniciativas específicas e desenvolver programas e projetos que promovam a discussão sobre desenvolvimento e a adoção de uma política de Responsabilidade Socioambiental no setor público (MMA, 2013, p. 25).

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), todos têm direito à educação. Portanto, incorporar a dimensão socioambiental é fundamental em todos os níveis. No caso da LDB, seu Artigo 44 afirma que a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

- I. Seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- II. De graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, ou tenham sido classificados em processo seletivo;
- III. De pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV. De extensão, abertos a candidatos que atendem aos requisitos estabelecidos em qualquer caso pelas instituições de ensino.

Assim, para reforçar a dimensão socioambiental nas IES no Brasil, existe a Portaria nº 217, de 30 de julho de 2007, que institui o Comitê de Implementação da A3P no Ministério do Meio Ambiente; e a Portaria nº 61, de 15 de maio de 2008, que estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas empresas públicas.

A responsabilidade socioambiental do setor público precisa ser ampliada e repensada principalmente nas IES.

A3P, Agenda Ambiental na Administração Pública, fundamenta-se nas recomendações abaixo:

O capítulo IV da Agenda 21, que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”, no Princípio 8 da Declaração do Rio/92, que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo promover políticas demográficas adequadas” e, ainda, na Declaração de Joanesburgo, que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável” (BRASIL/MMA, 2013, p. 44).

Para o MMA (2014), o local de trabalho é um ambiente que requer consciência sobre o uso de recursos naturais e bens públicos. O programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) ensina a utilizar esses recursos de forma econômica e racional. A mudança de atitude pode começar de maneira simples, mas eficaz substituindo o copo de plástico usado para beber água e cafezinho por uma caneca retornável e xícara. Essa atitude evita o uso excessivo de material plástico. Mas, mesmo os plásticos utilizados nos órgãos, podem ter um destino ambientalmente correto, sendo destinados às cooperativas de reciclagem para que ocorra a renovação do material (MMA, 2014).

Para fazer o uso racional de água, o MMA (2014) recomenda instalar torneiras com temporizadores (dispositivos que medem o tempo de saída da água). Também é importante ficar atento para comunicar rapidamente aos responsáveis a ocorrência de vazamentos em torneiras, descargas e bebedouros. E para diminuir o consumo de energia, as recomendações incluem desligar o monitor do computador quando não estiver usando e apagar a luz ao sair da sala, pois além da diminuição do desperdício, os recursos ambientais e o meio ambiente são poupados.

Gerir os resíduos no ambiente de trabalho é muito importante. O MMA (2014) aposta em adotar a política de 5 R: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. A proposta é pensar primeiramente em reduzir o consumo e combater o desperdício, para só então destinar o lixo corretamente. E, ao descartar os resíduos, devem-se separar lixeiras específicas para resíduos secos (material reciclável) e úmidos (material orgânico).

A reciclagem é uma das alternativas vantajosas de tratamento de resíduos sólidos, tanto do ponto de vista ambiental (reduz o consumo de recursos naturais, poupa energia e diminui o volume de lixo e poluição), quanto do ponto de vista social (mudanças de atitude). Pois quando há um sistema de coleta seletiva bem estruturada, a reciclagem pode ser uma atividade econômica rentável, além de promover a preservação/conservação ambiental.

O uso racional do papel é outra atividade que precisa ser repensada, pois é muito comum e necessária, no dia a dia das instituições, a impressão de documentos. Essa atividade gera um custo alto de utilização de folhas de papel, mas é possível reduzir o consumo por se imprimir nos dois lados da folha de papel ou reaproveitar as folhas impressas em apenas um lado para fazer blocos de anotações, favorecendo uma sensibilização e, conseqüentemente, uma mudança de consciência. Como exemplo, a UFS criou a portaria Nº 2423 de 26 de novembro de 2014 que institui a comissão gestora de adesão à A3P.

A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. As licitações devem levar em consideração a aquisição de produtos e serviços sustentáveis. As compras públicas sustentáveis devem priorizar critérios ambientais e não somente os econômicos e de menor preço. Por exemplo, a aquisição de impressoras que imprimam frente e verso e a compra de papel reciclado (MMA, 2014).

A administração pública tem a responsabilidade de contribuir no enfrentamento das questões ambientais, buscando estratégias inovadoras que repensem os atuais padrões de produção e consumo e os objetivos econômicos, inserindo componentes sociais e ambientais. Diante dessa necessidade, as instituições públicas têm sido motivadas a implementar iniciativas específicas e a elaborar programas e projetos que promovam

discussão sobre o desenvolvimento e a adoção de uma política de responsabilidade socioambiental do setor público (MMA, 2014, s/p).

Avanços são feitos, mas ainda precisa-se de muito esforço na busca da concretude, principalmente, de IES sustentáveis. Algumas Universidades brasileiras paulatinamente vêm criando projetos de conscientização para os estudantes, mediante o desenvolvimento e transferências de idéias e ações em relação a temas ambientais, com diálogos sobre poluição, chuva ácida, desmatamento, perda da biodiversidade, escassez de água doce, biopirataria, desertificação, variações climáticas, resíduos, dentre outros.

Dentro da UFS, as políticas de resíduos sólidos vêm construindo mudanças de hábitos e percepção na comunidade acadêmica em relação à geração e destinação correta de resíduos; realizam procedimentos de recolhimento e descartes de pilhas, baterias, celulares, carregadores e lâmpadas em contêineres distribuídos em locais específicos da Universidade (CONTO, 2010; UFS/2009; UFS/2010; UFS/2011; UFS/2012; UFS/2013; UFS/2014).

No entanto, estas ações são ainda incipientes, necessitando de uma postura mais adequada tanto dos gestores como também da comunidade universitária. Os projetos de pesquisa precisam ser repensados, no sentido de serem desenvolvidos com o menor impacto ambiental, independente da área do conhecimento à qual ele estiver vinculado. Faz-se necessária a definição de critérios pelas instituições de ensino, como também pelos órgãos de fomento à pesquisa, com relação à sustentabilidade ambiental no processo de produção de conhecimento. Todo projeto deve demonstrar medidas de prevenção da geração de resíduos, técnicas adotadas para o manejo correto dos mesmos (geração ao destino final), bem como incluir em seus orçamentos as despesas ambientais decorrentes em todo o seu desenvolvimento (UFS/2013; UFS/2014).

Conto (2010) ressalta também, que em geral, a solução dos problemas relacionados aos resíduos da IES se apresenta no final do ciclo de vida da produção do produto, ou seja, quando o resíduo é gerado; não havendo participação efetiva da comunidade acadêmica na intervenção do problema. As soluções, mesmo quando iniciadas no final do ciclo produtivo, restringe a alguns setores, laboratórios ou departamentos, não fazendo parte inicialmente de uma política institucional. Em geral, são os preconceitos, os costumes, as indisposições e os hábitos de professores, técnicos e alunos, bem como, das pessoas responsáveis pelo serviço de limpeza, que criam dificuldades para o desenvolvimento de condutas básicas que beneficiam a instituição como um todo.

Esses resíduos nas IES muitas vezes são originados em diferentes laboratórios como: laboratório de química, engenharia de materiais, de veterinária, de biotecnologia, de medicina, de física, de engenharia mecânica, quando não existe uma política ambiental institucionalizada, e que passam a ser, no momento do descarte de seus resíduos, responsabilidade do setor de manutenção, da Prefeitura Universitária ou da equipe ambiental.

De acordo com Conto (2010) a falta de interlocução entre os diferentes agentes responsáveis pelo ciclo de vida dos resíduos é maléfica e contribui para a manutenção dos atuais problemas que as instituições de ensino vivenciam no dia a dia. Há um problema sério, quando isso se configura, não existindo clareza do papel dos diferentes agentes responsáveis pela geração de resíduos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Gestão de Resíduos Sólidos para Sociedades Sustentáveis (GRSSS) também deve ser compromisso para a concretização de Universidades sustentáveis, apresentando como propostas para o manejo dos resíduos, além de ações operacionais (segregação na fonte geradora, coleta seletiva, encaminhamento dos resíduos reciclados para a indústria recicladora, a compostagem dos resíduos orgânicos e a disposição adequada), espaços dialógicos voltados à reflexão sobre a forma de produção e consumo presente na sociedade (CONTO, 2010; SORRENTINO, 2010).

As questões ambientais referentes aos resíduos sólidos são foco de debates contínuos nos grandes eventos mundiais, onde pensar na melhoria da qualidade do meio ambiente e o bem estar social são prioridades para se olhar e o pensar na démarche epistemológica da sustentabilidade.

Debates ambientais se intensificam desde a década de 1960, do século XX, com a preocupação ambiental

esboçada no evento Clube de Roma (1968), com o impacto do seu relatório “Os Limites do Crescimento” (1972) que alertava para o fato de que, caso se mantivesse o ritmo de crescimento a qualquer custo sem levar em conta o dano ambiental, chegar-se-ia ao colapso. Novas vozes ganharam forças e dimensionamentos nas Grandes Conferências Ambientais, dentre elas: Estocolmo (1972), Tbilisi (1977), Rio (1992), Johannesburgo (2002), onde foram reunidos chefes de Estado das mais diversas nações na tentativa de conjugar esforços para debater os problemas ambientais comuns vivenciados tanto por países do Norte como do Sul (CATALÃO, 2011).

Particularmente, a Rio/92 estabelece o compromisso internacional com o meio ambiente. Nas Universidades Públicas Federais, intensificam-se os esforços de cumprir as resoluções e compromissos dela decorrentes, dentre eles a Agenda 21 e a Carta da Terra para uma caminhada metodológica e epistemológica em direção à sustentabilidade.

Abaixo se apresentam, de forma sistemática, instituições de ensino superior com a finalidade de ilustrar algumas das principais visões de sustentabilidade nas Universidades brasileiras:

a) A Universidade Federal de Passo Fundo-RS é uma IES que se destaca pelo uso do Auditor Instrument for Sustainability in Higher Education (AISHE), cujas fases são planejar-fazer-verificar-agir, buscando a permanente qualidade da gestão ambiental; é um instrumento desenvolvido especificamente para avaliar a sustentabilidade no ensino superior (BRANDLI *et al*, 2008).

b) A Universidade Gama Filho avalia os indicadores de sustentabilidade sugeridos pela Agenda 21 pelo Instituto Ethos e pelo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Região do Grande Méier. Este plano foi elaborado pela Prefeitura da Cidade e implementado em 2012. Visa reestruturar o Rio de Janeiro como polo integrador e competitivo para a realização de grandes eventos internacionais, atraindo mais turistas, negócios e divisas. Nesse contexto entende-se por atividade sustentável aquela que é executada levando em conta a proteção ambiental, a atenção às necessidades sociais e a minimização dos custos (MESQUITA, 2010).

c) A Universidade São Paulo - USP (São Paulo, Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos), Universidade Estadual de São Paulo, a Universidade Federal de São Carlos e a *Universidad Autónoma de Madrid* são IES que promovem periodicamente seminários de sustentabilidade nas Universidades (USP/2010; USP/2011; USP/2012; USP/2013; USP/2014);

d) A Universidade de São Paulo, através da Escola de Engenharia de São Carlos, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental possui e utiliza um sistema de indicadores de sustentabilidade. Como destaque na utilização das pesquisas apresenta uma “[...] aplicação no contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Minas Gerais/ Brasil (YURI-HANAI, 2009, p. 23).

e) A Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Católica de Brasília, Universidade Católica Vale do Rio Sinos/RS e Universidade Federal de Lavras são IES que possuem coordenação de gestão ambiental com coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos e químicos, arborização do campus e promoção de seminários internos e externos sobre sustentabilidade em seus respectivos campi anualmente (*idem*).

f) A Universidade Federal de Lavras é uma IES que se destaca pelo programa Eco Universidade Plano Ambiental para uma Universidade pública ambientalmente correta, que retrata o Plano Ambiental e estruturante da UFLA. Entre as ações do Plano Ambiental e Estruturante destaca-se a criação da Diretoria de Meio Ambiente (OLIVEIRA JUNIOR, 2012).

De acordo com Soares e Martins (2008) a missão da Universidade definiu-se ao longo da história como sendo lugar de formação de pesquisadores, pensadores independentes, produtores de conhecimento e de técnico socialmente necessário ao desenvolvimento do bem estar humano.

No período compreendido entre 1930 (Revolução Industrial no Brasil) e 1964 (governo militar assume o poder) foram criadas mais de 20 (vinte) Universidades Federais no Brasil. Segundo Laus (2005), o surgimento das Universidades públicas, como a Universidade de São Paulo, em 1934, com a contratação de grande número de professores europeus, o qual marcou a forte expansão do sistema público federal de educação superior. Nesse mesmo período surgem algumas Universidades religiosas (católicas e evangélicas presbiterianas).

De acordo com Soares e Martins (2008) em 1932 foi criada no ex-Distrito Federal a primeira Escola Brasileira de Educação de nível universitário, a Escola de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. E em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo que segundo as mesmas autoras foi o acontecimento mais marcante da história da ciência e educação no Brasil.

Ainda de acordo com Soares e Martins (2008), em 1935 por ação de Anízio Teixeira, Secretário da Educação, foi criada a Universidade do Distrito Federal, sendo a primeira instituição preocupada com a pesquisa científica “treinando pesquisadores em vários campos”; e em 1937 é criada oficialmente a Universidade do Brasil. Em 1948 foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1946 é criada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e em 1950 é criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Em 1968, inicia-se uma nova fase da educação superior brasileira com o movimento da reforma universitária, que tinha como base a eficiência administrativa, a estruturação departamental e a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa e extensão como modelo das instituições de ensino superior.

Neste contexto, em 1970 impulsionou o desenvolvimento de cursos de pós-graduação no Brasil e a possibilidade de realização de cursos de pós-graduação no exterior, com vistas à capacitação avançada do corpo docente brasileiro.

A partir dos anos 90, com a Constituição de 1988 e com a homologação de leis que passaram a regular a educação superior houve a necessidade de flexibilização do sistema, redução do papel exercido pelo governo, ampliação do sistema e melhoria nos processos de avaliação, com vistas à elevação da qualidade de ensino para os brasileiros.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM SERGIPE

Entre 1920 a 1950, o Estado de Sergipe passou por encontros e desencontros na tentativa frustrada de instalação de uma Universidade, pois esse Estado não utilizou seu potencial econômico e a autonomia garantida pelas constituições de 1934 e 1937, em matéria de ensino, para montar o seu projeto de ensino superior (BARRETO 2003). Porém, as Escolas de Ciências Econômicas, Química, Faculdade de Direito e Filosofia iniciaram suas atividades em Sergipe a partir de alguns decretos.

Segundo Soares e Martins (2008) a Faculdade de Filosofia criada em 1951, com a finalidade de formar o magistério sergipano funcionou até 1968, sendo incorporada ao curso de Pedagogia da UFS, dando início à pesquisa na área educacional em Sergipe. Com a Reforma Universitária[] se deu o surgimento da UFSE, consistindo em a organização acadêmica da instituição formalmente instalada em maio de 1968.

Para Cunha (1983, p.207) o projeto de reforma universitária no sentido da democratização, nasceu e se desenvolveu no meio estudantil, tendo a pesquisa sobre o ensino superior na república populista. Iniciou-se em junho de 1977, a partir do programa de trabalho do Centro João XXIII no Rio de Janeiro e foi só no fim da república populista que os professores entraram no movimento. O autor expõe a visão dos estudantes, dos professores, da burocracia educacional e do MEC. As reivindicações feitas eram de caráter pedagógico administrativo e de caráter político.

De acordo com o mesmo autor, na dimensão pedagógico administrativo, se tem uma busca de modernização do ensino. Sugere a adoção de múltiplos planos curriculares, seleção de professores por meio de concurso, aproveitamento dos estudantes mais capazes para monitores estagiários, uso de medidas objetivas (testes) no

exames finais, do método experimental no ensino jurídico e dos cursos de pós-graduação (CUNHA, 1983).

Para a dimensão política Cunha destaca que se tinha principalmente uma busca do “[...] exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna, de acordo com as necessidades e fins sociais” (1983, p.208); a seleção de estudantes pelo critério das capacidades comprovadas cientificamente, e não critério econômico; a eleição dos reitores das Universidades e dos diretores das escolas por professores e estudantes representados nos conselhos; a livre associação dos estudantes dentro da Universidade com representação partidária nos conselhos (da Universidade) e técnico-administrativos (de cada escola) (CUNHA, 1983).

A Fundação Universidade Federal de Sergipe foi instituída em 28 de fevereiro de 1967 pelo Decreto-Lei nº 269 instalada em 15 de maio de 1968, com a incorporação de 6 Escolas Superiores ou Faculdades que ministravam 11 cursos administrados por 5 Faculdades e 5 Institutos. Em decorrência da Reforma Universitária Brasileira, foram criados 4 centros acadêmicos que coordenam atualmente 26 departamentos e 103 cursos (UFS/2013).

Além da sede central localizada no município de São Cristóvão denominada de cidade universitária Prof. Jos Aloísio de Campos^[ii] possui atualmente, cinco campi, a saber: Campi da Saúde, Campi de Itabaiana, Campi de Laranjeiras, Campi de Lagarto e o Campi de Nossa Senhora da Glória.

O Campi da Saúde em Aracaju Prof. João Cardoso do Nascimento Júnior, (instalado no Bairro sanatório em Aracaju) é um hospital escola vinculado à Universidade Federal de Sergipe desde 1984, que presta assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade, sendo referência no Sistema Único de Saúde. (UFS, 2014).

O Campi de Itabaiana prof. Alberto de Carvalho, (instalado em 14 de agosto de 2006) oferta dez cursos: Administração; Ciências Contábeis; Sistemas de Informação; Ciências Biológicas; Física; Geografia; Letras em Português; Matemática; Pedagogia; Química.

O Campi de Laranjeiras (instalado em 28 de março de 2007) oferta cinco cursos na área das artes como Dança, Teatro, Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Museologia.

O Campi das Ciências da Saúde em Lagarto (instalado em 14 de março de 2011) oferta 8 (oito) cursos de graduação: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Farmácia e Terapia Ocupacional.

O Campi do Sertão em Nossa Senhora da Glória (instalado em 2015) oferta os cursos de Engenharia Agrônoma, Zootecnia, Medicina Veterinária e Agroindústria^[iii]. A UFS tem como missão “[...] contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável” (RELATÓRIO, 2012, p. 13). São objetivos:

- a. promover a criação e a transmissão do saber e da cultura em todas as suas manifestações;
- b. fomentar o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- c. investigar e propor soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país e, especialmente, da região e do estado;
- d. formar recursos humanos de nível superior, para atender às necessidades locais, regionais e nacionais e fortalecer a unidade nacional e a solidariedade humana;
- e. ser instrumento de equidade social, ofertando vagas indistintamente às diferentes classes sociais;
- f. desenvolver atividades de pesquisa e extensão, de forma equitativa, qualificada e franca, voltadas para a comunidade interna e externa vinculada a essa IFES;
- g. manter a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão (RELATÓRIO, 2014, p. 13).

De acordo com Soares e Martins (2008) o empenho e o compromisso dos docentes e discentes da UFS com a produção de conhecimentos necessários para cada época apresentam uma valiosa contribuição na compreensão dos questionamentos de visão de mundo, de homem, de sociedade, de ciência e seus desdobramentos numa perspectiva do pensar o desenvolvimento do bem-estar humano.

Além dos cursos presenciais, atualmente conta com a modalidade do ensino a distância, coordenado pelo Centro de Ensino Superior a Distância (CESAD) que possui 15 pólos localizados nas cidades de Arauá, Brejo Grande, Carira, Estância, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores, Laranjeiras, Colônia 13 (Lagarto), Nossa Senhora da Glória, Propriá, Porto da Folha, Poço Verde, São Domingos e São Cristóvão (UFS/2014).

Em relação à inclusão dos estudos relativos às questões ambientais na UFS[iv] inicia-se historicamente por meio do ensino, com a criação no Curso de Pedagogia de disciplina obrigatória[v] voltadas para a Educação Ambiental[vi], conforme Resolução nº 25/2008/CONPE; Ciências Biológicas[vii] e Geografia[viii], sendo intensificado por meio da criação dos primeiros cursos de pós-graduação. A professora Maria Augusta Mundi Vargas, em entrevista concebida no site “Em Pauta”, relata sua experiência ambiental:

Trabalho com meio ambiente desde a década de 70. Em órgãos de meio ambiente desde 1975, numa época em que pouco se falava ou quase não se falava em meio ambiente. Foi logo depois da “Estocolmo 72”. Mas a preocupação era conhecer, fazer o diagnóstico do meio ambiente, [...], nesta época eu morava em Minas Gerais. Quando mudei para Sergipe na década de 80, comecei a trabalhar desenvolvendo pesquisas na Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), órgão recém-criado em Sergipe, com a função de organizar a relação do poder executivo estadual com o meio ambiente (EM PAUTA, 2009, p. 33).

Com a construção do campus José Aloísio de Campos em São Cristóvão teve início a valorização da área e um constante especulação imobiliária, surgindo dois loteamentos: o Jardim Rosa Elze e o Jardim Rosa Maria. Nesse aspecto, Menezes (2011) afirma que ocorreu sem planejamento ambiental, sem estudos de indicadores ambientais e/ou socioambientais, sem estudos e projetos de implantação de nenhuma reserva ecológica e nenhum parque ecológico, muito da fauna, da flora e da história foi totalmente perdido de forma indiscriminada.

Enquanto o Campus de São Cristóvão começa sua atuação no município, iniciam-se também as primeiras preocupações ambientais da década de 1980 em Sergipe. Sobre a dimensão ambiental na UFS, Fellizola (2012) apresenta de forma sistemática um histórico a partir da década de 1980, ou seja, de (1983-2011), dos principais movimentos ambientalistas no Estado de Sergipe, sendo a maioria com membros de grande influência dentro da UFS (sejam professores e/ou alunos). A seguir apresenta-se (figura 2) os movimentos ambientalistas:

Figura 2 - **Movimentos ambientalistas e principais visões ambientais em Sergipe**

| Pensar Verde | Movimento que surge nos diretórios acadêmicos da UFS, não chegou a ser institucionalizado. Esse movimento foi analisado a fundo por Fellizola (2012), pois a partir dele surge o Partido Verde em Sergipe. |
|--|--|
| ASPAM – Associação Sergipana de Proteção Ambiental | Primeira ONG ambientalista de Sergipe fundada em 1983 contava com a participação de professores da UFS e estudantes do curso de Biologia. Segundo Fellizola (2012), trouxe um caráter científico para o movimento no Estado. A organização deixou de funcionar em 1998. |
| MOPEC- Movimento Popular Ecológico | Surge em 1991 com a missão de dar mais visibilidade às questões ambientais no Estado de Sergipe, principalmente olhando os movimentos de base e comunitários, surge com o apoio de professores e estudantes da UFS e possuem trabalhos de destaque como a construção de uma cartilha de plantas medicinais, produzidas em conjunto com o Departamento de Biologia e Fisiologia da UFS. |
| ONG Água é Vida | Instituição fundada em 1998, na cidade de Estância, no litoral sul de Sergipe é a mais combativa ONG em atividade no interior do Estado. |
| Sociedade SEMEAR | A Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes – SEMEAR, com atuação nos Estados de Sergipe, Bahia e Alagoas, é a mais organizada OSCIP em atividade em Sergipe. referência na |

| | |
|--|--|
| | área ambiental. |
| Instituto Árvore | O Antigo Centro de Pesquisas e Estudos Científicos e Sociais (CEPECS) foi fundado em 2003 por um grupo de universitários de variadas instituições sergipanas, com atuação “mista”, incluía ações de denúncia e projetos elaborados principalmente na área de Educação Ambiental |
| OSCATAMA - Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente | A Organização Sociocultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente da Barra dos Coqueiros/SE, também designada OSCATMA/BC foi fundada no ano de 2003, sendo uma ONG focada em duas áreas específicas: o turismo e o meio ambiente. Atua diretamente na Barra dos Coqueiros, região litorânea de Sergipe. |
| CICLO URBANO | ONG fundada em 2007 tem como principal objetivo promover a utilização da bicicleta e uso de outras formas de locomoção e transporte à propulsão humana, com integração ao transporte público motorizado, fiscalizando-o e propondo melhorias em sua qualidade e eficiência na cidade de Aracaju. |

Fonte: Elaborado pela autora depois de consultado a FELIZOLA (2012).

Esses movimentos demonstram as iniciativas relacionadas às questões ambientais sendo pioneiro para aprofundamento de outras questões na área ambiental, favorecendo avanços nas atividades de pesquisa, ensino e de extensão no pensar epistemologicamente a relação homem-ambiente na instituição.

A GESTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (2010-2015)

Com a implementação dos programas do Governo Federal, a exemplo do REUNI[ix], a UFS expandiu-se com aumento da sua capacidade com a aquisição de obras, serviços e materiais. Vem-se investindo na otimização de suas rotinas e na implantação de um sistema informatizado que permita mais agilidade no tratamento das questões ligadas aos recursos humanos; reformulação das normas acadêmicas; otimização de recursos; acesso à informação e transparência, numa proposta de crescimento em termos qualitativos de seu modelo de gestão pública (UFS, 2013).

Segundo o Relatório de Gestão da UFS 2013[x], a questão da preservação do meio ambiente é uma preocupação constante e vêm se adotando práticas de reciclagem e de despejo seguro dos resíduos, voltando-se para educação ambiental mediante o Programa UFS Ambiental[xi].

A publicação do Relatório de Gestão anual da UFS cumpre a legislação da transparência administrativa e dá maior credibilidade ao administrador público. No entanto, ressalta-se que o objetivo da divulgação de dados sobre Administração Pública vai muito além do cumprimento de normas. Tem como função social informar a comunidade acadêmica sobre como estão sendo investidas as receitas públicas.

Sobre as questões ambientais, no ano de 2008 na UFS lança a campanha “Otimizar é Preciso”, com o objetivo de conscientizar a comunidade acadêmica da necessidade de reduzir os gastos com energia, água, telefonia, alimentação e material de consumo. Para alcançar tal objetivo foram feitos releases colocados à disposição da imprensa e na página da Universidade na internet; providenciados spots radiofônicos de aproximadamente 30 segundos para serem veiculados no Restaurante Universitário, no horário das refeições, e na Rádio UFPE; elaborados panfletos com dados estatísticos sobre os gastos da Universidade; confeccionados adesivos alertando sobre a necessidade de não desperdiçar; usado o sistema de informação do DAA para divulgar a campanha via e-mail para os alunos; e elaborado vídeo de aproximadamente 3 minutos para ser veiculado através do Cinema no Campus.

A campanha continuou sua atuação nos exercícios seguintes com a distribuição de adesivos, cartazes, panfletos e folders, visando à conscientização de servidores e discentes para a proteção do meio ambiente e preservação

recursos naturais (UFS, 2008), conforme figura

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda Ambiental da Administração Pública expõe boas práticas que podem ser adotadas no cotidiano de órgãos públicos (MMA, 2014). Ensinam-se práticas de gerenciamento de projetos, construções sustentáveis, eficiência energética, eficiência no uso da água, gestão de resíduos (plano de gerenciamento), qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, análise do ciclo de vida, licitação sustentáveis, entre outras, sendo uma forma de sensibilização nas IES para a sustentabilidade.

Assim, as discussões sobre a questão ambiental devem fazer parte da produção intelectual nas Universidades especialmente no momento atual, quando ocorrem tantos problemas ambientais locais e globais. Seria prudente a exigência de uma porcentagem de profissionais dentro das instituições com formação nas áreas ambientais para que fosse ampliada a oportunidade de a comunidade tomar consciência dos problemas socioambientais e também de receber uma formação acadêmica interdisciplinar com destaque na área ambiental.

[i] [i] A Reforma Universitária foi um conjunto de medidas, idéias e proposições contidas no Decreto-Lei nº 53/196 no Decreto-Lei nº 252/67 e na Lei nº 5.540/682. A escolha da definição baseou-se na convicção de que ambos os decretos-lei foram significativos para a Reforma e, mais ainda, influenciaram decisivamente o formato adquirido pelo arsenal normativo da Universidade Federal de Sergipe/UFS de 1968, devido aos princípios educacionais sobre os quais estavam assentados (ARAÚJO, 2010).

[ii] Em 1987, em observância à Resolução 01/87 do Conselho Universitário (CONSU), o campus passou a ser denominado "Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos".

[iii] Atualmente, as unidades administrativas e acadêmicas da UFS funcionam, na sua maioria, na Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", em São Cristóvão/SE, inaugurado em 1981. Integram a UFS: Reitoria, a Prefeitura do Campus, o Setor Esportivo, os Centros Acadêmicos (CCBS, CCET, CCSA, e CECH), Biblioteca Central (BICEN), o Restaurante Universitário (RESUN), o Centro de Processamento de Dados (CPD), Arquivo Central, o Centro Editorial e Audiovisual (CEAV) e o Colégio de Aplicação (CODAP). Funcionam fora da Cidade Universitária: o Campus da Saúde, o Campus Avançado do Crasto, o Campus Rural, o Campus Avançado de Xingó, o Centro de Cultura e Arte - CULTART e o Museu do Homem Sergipano.

[iv] As questões ambientais na UFS são intensificadas nos últimos dez anos com o Projeto de extensão Sala Verde na UFS, o projeto inicia-se a partir de um edital de 2005 do MMA. A Sala verde tem como finalidade democratizar o acesso às informações, materiais e publicações sobre questões ambientais e também oferecer atividades diversas voltadas à Educação Ambiental (cursos, palestras e oficinas) (ARAÚJO, 2010).

[v] RESOLUÇÃO Nº. 25/2008/CONEPE – Disciplina: Educação e Ética Ambiental (código da disciplina 40131) disciplina de 04 créditos, com carga horária de 60h, Ementa , aspectos históricos e normativos da educação ambiental no mundo e no Brasil. Epistemologia ambiental. Ambiente, crise ambiental e o movimento ambientalista. Dimensão educativa dos estudos ambientais. Inserção da dimensão ambiental nos espaços escolares e não escolares.

[vi] A criação da disciplina ética e educação ambiental no curso de Pedagogia da UFS em 2007 vêm contribuindo reforçando a importância do debate socioambiental na UFS, segundo Modesto (2012) esta disciplina tem o objetivo de trabalhar os aspectos históricos e normativos da Educação Ambiental no mundo e no Brasil junto com a epistemologia ambiental, assim como trabalhar o conceito de ambiente, da crise ambiental e do movimento ambientalista, a dimensão educativa dos estudos ambientais e a inserção da dimensão ambiental nos espaços escolares e não escolares.

[vii] O curso de Ciências Biológicas surge em 1972, segundo ofício encaminhado ao diretor do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Sergipe. Na Licenciatura possui uma disciplina de caráter obrigatória - Estágio em Educação Ambiental que tem como finalidade o desenvolvimento de atividades em Educação Ambiental; curso de palestras, campanhas e preparação de material para divulgação. Coleta de dados, entrevistas (UFS, 2015). Vale ressaltar que os primeiros contatos dos estudantes sergipanos com o curso de graduação em Ciências Biológicas

coincidem com a época das primeiras grandes conferências mundiais sobre o meio ambiente, como, por exemplo, a de Estocolmo (1972).

[viii] O curso de Geografia também é um curso que merece destaque pelas pesquisas iniciais em meio ambiente pois surge na década de 1950 em Sergipe, e, desde a década de 1980 e 1990, destaca-se pelo número de publicações na área ambiental. Na Licenciatura em Geográfica possui disciplinas que tratam das questões ambientais.

[ix] Dentre os principais objetivos do REUNI, consta a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes de graduação, visando à elevação do nível de qualidade dos cursos e ao melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes na UFS. A meta global é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e a diminuição da relação de alunos com graduação em cursos presenciais por professor.

[x] O referido relatório se estrutura em 38 itens, distribuídos na seguinte ordem: Identificação Individual da Fundação Universidade Federal de Sergipe – UFS; Finalidade; Competências Institucionais da Unidade; Organograma Funcional; Macroprocessos finalísticos; Planejamento das Ações da UFS; Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados; Execução do Plano de Metas ou de Ações; Estrutura e Governança; Sistema de Correição; Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos; Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU; Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos; Informações sobre a Execução das Despesas; Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores; Transferências de Recursos; Suprimento de Fundo Estrutura de Pessoal da UFS; Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários; Gestão do Patrimônio Imobiliário; Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.

[xi] Foi criado por meio da portaria nº420 de 23 de fevereiro de 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABREU, L. V; LABAKI, L. C. Conforto térmico propiciado por algumas espécies arbóreas: avaliação do raio c influência através de diferentes índices de conforto. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 10, n. 4, p. 103-11' 2010.

ALMEIDA, J. R. de; AQUINO, A. R. de; ARAÚJO, G. H. de S.; AGUIAR, L. A. De;

COSTA, M. B. de A.; ORNELLAS, V. L. C.; CAVALCANTI, Y. T. **Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Thex, 2008.

CUPULA DA TERRA (1992) em <http://www.cupuladaterra.org>. - acesso em 20.09. 2013.

BRASIL. **Protocolo de Quioto**. Disponível em: <<http://www.biodiv.org./default.shtml>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

GALLOPIN, G. Indicators and Their Use: Information for Decision-Making. Part One –Introduction. In: B. MOLDAI S. BILLHARZ; R. MATRAVERS (eds). **Sustainability Indicators**: report of the project on indicators of sustainab development. Chichester: John Wiley and Sons, 1996. p. 13-27.

GARDINER, B. **Para evitar alto custo econômico e ambiental, países adotam rigor contra desperdício o alimentos**. The New York Times (2014) e reprodução pelo portal UOL, 25 abr. 2014.

GHESP, Parceria global para o desenvolvimento sustentável (2000) In KRAMER, M. E. P. **Universidade Para século XXI**. Disponível em <http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/Maria%20Elisabeth%20Pereira%20Kraemer%20-%20Universid...>: Acesso em: 20 Nov. 2013.

GHESP, The Luneburg **Declaration on Higher Education for Sustainable Development, Internation**. Conference on Higher Education for Sustainability: Towards the WSSD 2002. COPERNICUS and the University of Luneburg, University of Luneburg, Germany. http://www.unesco.org/iau/sd/rtf/sd_dluneburg.rtf (acesso e 04.04.2014), 2000..

GOMES, M. L. **Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável**. Direcção Geral c Ambiente; Direcção de Serviços de Informação e Acreditação, 2000.

GOMES, S. H. M. **Análise da Vegetação Arbórea da Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão, Referente ao Ano de 2014, São Cristóvão – Se**. 2015. (Trabalho de conclusão de curso apresentac ao Departamento de Ciências Florestais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental** : a formação de uma perspectiva social. Lisboa, InstitutoPiaget, 1997.

HENKE – OLIVEIRA, C. **Planejamento ambiental na Cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes**: diagnósticos e propostas. Dissertação (Mestrado). UFSCar. São Carlos, SP, 1996.

INEP/2014. **Avaliação Institucional** Disponível em: . Acesso em: 13 Nov. 2014.

IPCP. **Ecopedagogia**. Disponível em: . Acesso em: 20 Nov. 2013.

LONGENECKER, J. G. **Introdução à administração**: uma abordagem comportamental. São Paulo: Ed. Atla 1991.

MENEZES, C. R. C. Dinâmica Urbana do Bairro Rosa Elze: o papel das políticas públicas na transformação do espaço. **Revista Scientia Plena**, São Cristóvão, v. 7, n. 022501, p. 1-6.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) Da inteligência parcial ao pensamento complexo: desafios da ciência e da sociedade contemporânea. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 41-56, out. 2011. Disponível em: . Acesso em: 09 jun. 2012.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIN, E. **O método 4**. As idéias. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin ; tradução de Catarina Eleonora I da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: para pensar o desenvolvimento sustentável. Editor: Brasiliense. São Paulo, 1994.

TAYARA, Flávio; RIBEIRO, Helena. Modelos de Indicadores de Sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências. **Saúde e Sociedade**, v.15, n.1, p.84-95, jan-abr 2006.

VEIGA, J. E. da; ZATZ, L. **Desenvolvimento Sustentável, que bicho é esse** Campinas, SP: Autores Associado 2008.

VIOLA, E. J. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. E ed. São Paulo: Cortez, 1997.

WSSD, Plan of Implementation, **World Summit on Sustainable Development**, New York, United Nations, 2002..

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000
<http://www.acessoainformacao.gov.br/>>. Acesso em: 3 de abril de 2014.

YURI HANAI, F. **Sistema de indicadores de sustentabilidade**: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil. São Carlos/ SP, 2009.

[1] [1] A Reforma Universitária foi um conjunto de medidas, idéias e proposições contidas no Decreto-Lei nº 53/1966, no Decreto-Lei nº 252/67 e na Lei nº 5.540/682. A escolha da definição baseou-se na convicção de que ambos os decretos-lei foram significativos para a Reforma e, mais ainda, influenciaram decisivamente o formato adquirido pelo arsenal normativo da Universidade Federal de Sergipe/UFS de 1968, devido aos princípios educacionais sobre os quais estavam assentados (ARAÚJO, 2010).

[1] Em 1987, em observância à Resolução 01/87 do Conselho Universitário (CONSU), o campus passou a ser denominado "Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos".

[1] Atualmente, as unidades administrativas e acadêmicas da UFS funcionam, na sua maioria, na Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", em São Cristóvão/SE, inaugurado em 1981. Integram a UFS: Reitoria, a Prefeitura do Campus, o Setor Esportivo, os Centros Acadêmicos (CCBS, CCET, CCSA, e CECH), Biblioteca Central (BICEN), o Restaurante Universitário (RESUN), o Centro de Processamento de Dados (CPD), Arquivo Central, o Centro Editorial e Audiovisual (CEAV) e o Colégio de Aplicação (CODAP). Funcionam fora da Cidade Universitária: o Campus da Saúde, o Campus Avançado do Crasto, o Campus Rural, o Campus Avançado de Xingó, o Centro de Cultura e Arte - CULTART e o Museu do Homem Sergipano.

[1] As questões ambientais na UFS são intensificadas nos últimos dez anos com o Projeto de extensão Sala Verde na UFS, o projeto inicia-se a partir de um edital de 2005 do MMA. A Sala verde tem como finalidade democratizar o acesso às informações, materiais e publicações sobre questões ambientais e também oferecer atividades diversas voltadas à Educação Ambiental (cursos, palestras e oficinas) (ARAÚJO, 2010).

[1] RESOLUÇÃO Nº. 25/2008/CONEPE – Disciplina: Educação e Ética Ambiental (código da disciplina 40131) disciplina de 04 créditos, com carga horária de 60h, Ementa , aspectos históricos e normativos da educação ambiental no mundo e no Brasil. Epistemologia ambiental. Ambiente, crise ambiental e o movimento ambientalista. Dimensão educativa dos estudos ambientais. Inserção da dimensão ambiental nos espaços escolares e não escolares.

[1] A criação da disciplina ética e educação ambiental no curso de Pedagogia da UFS em 2007 vêm contribuindo reforçando a importância do debate socioambiental na UFS, segundo Modesto (2012) esta disciplina tem o objetivo de trabalhar os aspectos históricos e normativos da Educação Ambiental no mundo e no Brasil junto com a epistemologia ambiental, assim como trabalhar o conceito de ambiente, da crise ambiental e do movimento ambientalista, a dimensão educativa dos estudos ambientais e a inserção da dimensão ambiental nos espaços escolares e não escolares.

[1] O curso de Ciências Biológicas surge em 1972, segundo ofício encaminhado ao diretor do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Sergipe. Na Licenciatura possui uma disciplina de caráter obrigatória - Estágio em Educação Ambiental que tem como finalidade o desenvolvimento de atividades em Educação Ambiental; curso de palestras, campanhas e preparação de material para divulgação. Coleta de dados, entrevistas (UFS, 2015). Vale ressaltar que os primeiros contatos dos estudantes sergipanos com o curso de graduação em Ciências Biológicas coincidem com a época das primeiras grandes conferências mundiais sobre o meio ambiente, como, por exemplo, a de Estocolmo (1972).

[1] O curso de Geografia também é um curso que merece destaque pelas pesquisas iniciais em meio ambiente pois surge na década de 1950 em Sergipe, e, desde a década de 1980 e 1990, destaca-se pelo número de publicações na área ambiental. Na Licenciatura em Geográfica possui disciplinas que tratam das questões ambientais.

[1] Dentre os principais objetivos do REUNI, consta a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes de graduação, visando à elevação do nível de qualidade dos cursos e ao melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes na UFS. A meta global é a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e a diminuição da relação de alunos matriculados em cursos presenciais por professor.

[1] O referido relatório se estrutura em 38 itens, distribuídos na seguinte ordem: Identificação Individual da Fundação Universidade Federal de Sergipe – UFS; Finalidade; Competências Institucionais da Unidade; Organograma Funcional; Macroprocessos finalísticos; Planejamento das Ações da UFS; Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados; Execução do Plano de Metas ou de Ações; Estrutura de Governança; Sistema de Correição; Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos; Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU; Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos; Informações sobre a Execução das Despesas; Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores; Transferências de Recursos; Suprimento de Fundo; Estrutura de Pessoal da UFS; Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários; Gestão do Patrimônio Imobiliário; Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.

[1] Foi criado por meio da portaria nº420 de 23 de fevereiro de 2012.